

Economia - Brasil

381

FH diz que ajuste fiscal será justo

Presidente garante que Governo cobrará mais de quem pode e menos de quem tem menos

BRASÍLIA

No primeiro pronunciamento à nação após sua reeleição, o presidente Fernando Henrique Cardoso assegurou ontem à noite que o Programa de Estabilidade Fiscal que será anunciado hoje às 11h pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, cobrará mais de quem pode mais e menos de quem tem menos. Ao antecipar algumas das medidas, ele explicou que, para enfrentar a crise financeira mundial, o Governo terá de cortar R\$ 8,7 bilhões do Orçamento da União para 1999 e ainda aumentar a contribuição previdenciária dos servidores públicos, a CPMF e a Cofins.

O presidente disse que as medidas são transitórias e se destinam a acabar com o que chamou de flagelo dos juros altos. A solução, segundo ele, só será possível com as reformas. Fernando Henrique chamou atenção para a urgência da reforma administrativa, a fim de impedir que alguns dos estados continuem gastando até 80% de sua receita com salários. Também espera a colaboração dos parlamentares para a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que instituirá uma espécie de gatilho que bloqueará as contas da União, estados e municípios toda vez que os gastos previstos no orçamento forem extrapolados.

— Queremos assegurar que a União, os estados e os municípios vivam dentro dos seus limites — observou.

Pronunciamento, de 6 minutos, foi gravado na biblioteca

Para tranquilizar os contribuintes, o presidente deixou claro que não autorizou qualquer modificação no IR de pessoas físicas, no INSS ou em outro imposto que recaia sobre a população mais pobre. Garantiu também que houve uma preocupação de se preservar o setor produtivo. A agricultura, as exportações, o setor de bens de capital serão os menos afetados, segundo ele. Apesar da pouca margem de manobra para os cortes de despesas no setor público — já que, conforme explicou, o Executivo só pode reduzir despesas em um quarto do seu orçamento — Fernando Henrique assegurou que tudo o que for essencial nas áreas de saúde, educação e assistência social será preservado.

O pronunciamento de seis minutos foi gravado na biblioteca do Palácio da Alvorada e está sendo apontado pelos principais assessores como um dos mais importantes feitos pelo presidente desde a sua posse. A expectativa é de que o discurso sensibilize a população brasileira para a necessidade de que todos devem dar sua cota de sacrifício para assegurar a manutenção da estabilidade do Real.

De maneira didática e, em alguns momentos, auxiliado por um quadro, mostrou ao país de onde vem e como deverá ser combatido o déficit fiscal. A Previdência foi apontada como o principal problema hoje do Governo federal, por produzir um prejuízo de R\$ 18 bilhões por ano em benefício de 905 mil pessoas, enquanto no setor privado, o déficit é de R\$ 7,8 bilhões e beneficia 18 milhões. Para o presidente, isto já justifica a aprovação urgente da reforma previdenciária.

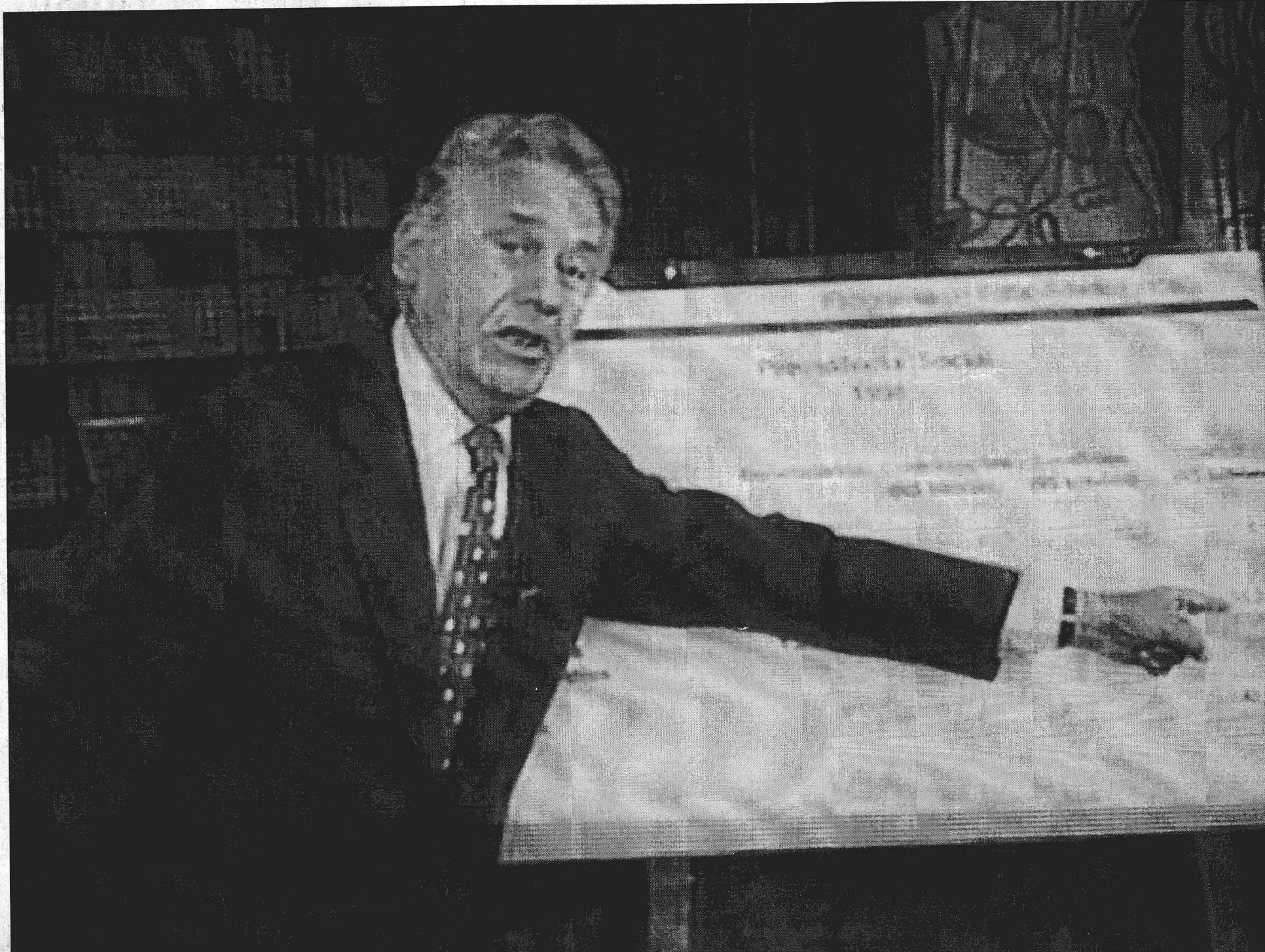
Para o presidente, não existe nada pior para o país do que as taxas de juros em vigor desde que a crise econômica mundial começou:

— Elas prejudicam a produção e as contas públicas. Quanto mais depressa você voltar a comprar a prazo, com juros mais baixos, melhor para você e para o país. As medidas estamos propondo são para acabar com o flagelo dos juros altos.

Segundo o presidente, quanto mais rápido for implantado o Programa de Estabilidade Fiscal, mais depressa o país retomará a tranquilidade e a confiança na economia. Na sua opinião, com as medidas que serão anunciamos hoje pela equipe econômica o Brasil sairá fortalecido e poderá voltar a ser um mercado atraente para investimentos.

Minutos antes do discurso, reunião com Temer e ACM

Minutos antes de o pronunciamento ir ao ar, Fernando Henrique reuniu-se no Planalto com os presidentes da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), e do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). Hoje o presidente começa o dia com um café da manhã com os principais líderes dos partidos da base governista. Fernando Henrique também planeja dar continuidade ao contato que já começou a fazer com os governadores elei-



FERNANDO HENRIQUE mostra no pronunciamento pela televisão um quadro com a evolução do déficit da Previdência, um dos problemas que enfrentará com as medidas de ajuste fiscal

'VAMOS ADOTAR MEDIDAS EQUILIBRADAS, UM POCO EM CADA ÁREA, E SEMPRE COM A PREOCUPAÇÃO DE PROTEGER OS MAIS POBRES'

• Esta é a íntegra do pronunciamento do presidente Fernando Henrique, em cadeia nacional de rádio e TV:

“Como é a primeira vez que falo à nação depois de concluídas as eleições, quero agradecer mais uma vez o apoio que recebi dos brasileiros e das brasileiras. Neste momento em que o Brasil enfrenta, com determinação, uma séria crise financeira internacional, temos que estar unidos e pensar nos interesses mais altos do país. Quero falar sobre orçamento, um assunto que cada um de vocês conhece bem, sobretudo as donas de casa. Todos sabemos que é preciso equilibrar aquilo que gastamos com o que recebemos. Com os países não é muito diferente. Se gastarmos mais do que arrecadamos com impostos, vamos nos endividar. Quanto maior a dívida, maiores serão os juros.

“A Previdência Social é a área onde gastamos mais e arrecadamos menos. É uma das principais causas do déficit público. Eu quero mostrar a vocês essas contas. O prejuízo global da Previdência é de R\$ 42 bilhões. Desses, R\$ 7,8 bilhões são do setor privado, que atende a 18 milhões de beneficiários. Agora, no setor público, só no Governo federal, há um prejuízo de R\$ 18 bilhões para beneficiar 905 mil pessoas. Então, está se vendo que o grande problema que nós temos é da Previdência Pública.

“Amanhã, vamos propor ao Congresso um Programa de Estabilidade Fiscal, que deverá ser um compromisso de todos os brasileiros, para cortar o mal pela raiz. Vou explicar agora o que nós vamos fazer.

“Como você sabe, o Governo não pode mexer em cerca de três quartos do orçamento. A Constituição não

permite alterar os gastos com a Previdência, nem com o funcionalismo. As transferências para estados e municípios também são definidas na Constituição e, aliás, vêm crescendo de modo expressivo. Por isso, o Governo não pode mexer em três quartos do orçamento. Assim, o Executivo só pode reduzir despesas em menos de um quarto do orçamento, o chamado custeio, e a metade destes recursos se refere a saúde, educação e assistência social, que são necessidades básicas da população. Por isso, o essencial nesta área será mantido.

“Estamos propondo ao Congresso um corte de R\$ 8,7 bilhões para 1999. Isto além disso significa paralisar atividades essenciais do Estado. É um corte sem precedentes. Ele deixa clara a determinação do Governo de alcançar o equilíbrio fiscal no mais curto prazo. Mas isso não é suficiente para equilibrar as contas do país. Teremos que aumentar um pouco da contribuição dos servidores públicos para a sua Previdência. Eu já expliquei por quê. Um pouco da CPMF. Um pouco da Cofins. E outras medidas que vão ser anunciadas amanhã. Mas não autorizei qualquer modificação no Imposto de Renda da Pessoa Física, no INSS, nem nos impostos que acabam recaindo sobre os mais pobres.

“Vamos adotar medidas equilibradas, um pouco em cada área, e sempre com a preocupação de proteger os mais pobres. A maioria dos cortes e do aumento da arrecadação são medidas transitórias para atender a uma situação de emergência. Elas serão suspensas assim que consigamos restaurar maior equilíbrio em nossas contas. A solução definitiva não está nessas medidas. O que vai equilibrar nossas contas são as reformas. O caminho mais rápido e de menor custo para a população está em concluir as reformas, e com toda a urgência.

“Não tem sentido o Brasil continuar com um rombo de R\$ 42 bilhões na Previdência Social, crescendo a cada ano. Precisamos da reforma da Previdência. Não há justificativa para que alguns estados gastem 80% de sua receita em salário para funcionários públicos, como ainda acontece. Por isso, vamos implantar a reforma administrativa. Não podemos mais continuar com um sistema tributário que desincentiva (sic) quem produz. Daí a reforma tributária, que é urgentíssima. E, por último, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, queremos assegurar que a União, os estados e os municípios, vivam dentro dos seus limites.

“Faço um apelo ao Congresso: vote as reformas e o programa de estabili-

dade fiscal em regime de urgência. Quanto antes essas mudanças forem feitas, menor será o seu custo e mais rapidamente baixarão as taxas de juros, aumentarão os investimentos, serão gerados mais empregos e o país retomará sua trajetória de crescimento.

“Não existe nada pior para o país do que as taxas de juros em vigor desde que a crise internacional começou. Elas prejudicam a produção e as contas públicas. Quando mais depressa você voltar a comprar a prazo, com juros mais baixos, melhor para você e para o país. As medidas que estamos propõendo são para acabar com o flagelo dos juros altos. Elas foram desenhadas com a preocupação de preservar, tanto quanto possível, o setor produtivo. A agricultura, as exportações, o setor de bens de capital serão menos afetados. O programa cobrará mais de quem pode mais. E menos de quem

menos. “Se implantarmos o Programa de Estabilidade Fiscal com urgência, já no início do próximo ano viveremos novamente sob clima de tranquilidade e de confiança na economia. O Brasil sairá fortalecido da crise internacional, continuará a ser um mercado atraente para investimentos, retomará o crescimento e a geração de empregos de que tanto precisamos.

“Fui eleito para defender o Real, preservar o poder de compra dos assalariados e proteger nossa economia da ameaça dos capitais especulativos; para prosseguir nas reformas que os brasileiros querem e de que o país precisa; e para ampliar os programas sociais que estão construindo um Brasil mais justo. Não abro mão desses compromissos. Não vacilarei em cumprir a votação do povo brasileiro.”

tos, tanto os aliados como os da oposição, numa tentativa de garantir o mais amplo apoio possível ao pacote de ajuste fiscal.

Temer disse que o Congresso dará todo apoio ao Governo para o ajuste fiscal. Segundo ele, a votação do ajuste deverá se dar em regime de urgência, como pediu o presidente. Temer afirmou ainda que houve um equilíbrio no ajuste fiscal, porque há cortes e também aumento de impostos.

— O Congresso responderá positivamente às exigências do país.

O mais importante, segundo Temer, é que o presidente Fernando Henrique parece não perceber que é o responsável pela crise. Temer disse que no regime democrático é natural que todos se manifestem, o que não significa vitória dos descontentes.

Assessor econômico da campanha de Lula, o economista Guido Mantega criticou as medidas anunciadas pelo presidente durante pronunciamento na TV. Segundo ele, os impostos que o presidente pretende aumentar, como a CPMF, vão atingir o bolso dos pobres, mesmo dos que não possuem cheques.

Mantega explicou que o aumento da CPMF incide sobre as empresas, atingindo, portanto, a produção. Assim, segundo ele, vai encarecer os produtos e provocar a diminuição do consumo. Para o economista, o governo deveria agir de outra forma, diminuindo as taxas de juros para favorecer o crescimento. Para que não haja evasão de divisas, ele propõe que o governo crie um IOF sobre a saída de capitais. ■

• ALÍQUOTA DA CPMF SUBIRÁ PARA 0,38% na página 25